



<https://doi.org/10.51880/ho.v28i2.1624>



As *Corpo-oralidades*: afeto, política e história oral em perspectiva interseccional

Mariléa de Almeida*

ORCID iD 0000-0001-6015-3226

Universidade de Brasília, Departamento de História, Distrito Federal, Brasil

Juniele Rabêlo de Almeida*

ORCID iD 0000-0001-9468-9192

Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Propõe-se uma reflexão sobre os trabalhos de história oral, na interface entre afeto e política, a partir das *corpo-oralidades*. A dimensão intercorpórea e relacional dos processos de escuta, em perspectiva interseccional, questiona a produção de conhecimento organizada em dicotomias hierarquizantes, como corpo/mente, oral/escrito e pensamento/ação, e reconhece temporalidades não lineares que entrelaçam passados, presentes e futuros. Discute-se as corporeidades racializadas e generificadas, como lócus de enunciação, memória e (re)existência, em agenciamentos atravessados por violências e tecnologias de controle. Analisa-se a importância dos gestos, posturas, expressões, entonações e ritmos como parte das narrativas corporais. Ao ultrapassar a distância afetiva entre as corporeidades implicadas nas pesquisas, os artigos do dossiê reafirmaram a necessidade política e existencial dos bons encontros. A história oral, em sua dimensão participativa, atenta à construção coletiva de acervos públicos, pode articular metodologicamente *corpas* e oralidade a partir de deslocamentos interseccionais que contribuam para abordagens feministas, antirracistas e pró-LGBTQIAPN+ no movimento corporificado da história oral.

Palavras-chave: corpo-oralidade; história oral; afeto; política; interseccionalidade.

Corporealities: affect, politics and Oral History from an intersectional perspective

* Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília. E-mail: marilea.almeida@unb.br.

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: junielerabelo@gmail.com.

Abstract: This dossier proposes a reflection on oral history practices at the intersection of affect and politics, through the notion of body-oralities (embodied). From an intersectional perspective, the intercorporeal and relational dimension of listening challenges knowledge production traditionally organized through hierarchizing dichotomies such as body/mind, oral/written, and thought/action, while also recognizing non-linear temporalities that weave together pasts, presents, and futures. The discussion centers on racialized and gendered corporealities as loci of enunciation, memory, and (re)existence, whose forms of agency are continually traversed by violence and technologies of control. The contributions highlight the importance of gestures, postures, expressions, intonations, and rhythms as constitutive of embodied narratives. By bridging the affective distance between the corporealities implicated in research, the articles in this dossier reaffirm the political and existential necessity of “good encounters.” Oral history, in its participatory dimension and in dialogue with the collective construction of public archives, can methodologically articulate corporeality and orality through intersectional displacements, advancing feminist, antiracist, and pro-LGBTQIAPN+ approaches within the embodied movement of oral history.

Keywords: body-oralities (embodied); oral history; affect; politics; intersectionality.

Introdução

A ideia de propor um dossiê para a revista *História Oral*, com o tema “Corporalidade”,¹ surgiu a partir dos debates ocorridos em 2024, durante o XVII Encontro Nacional de História Oral, em Joinville (SC). Naquele dia, quando nos encontramos pela primeira vez, descobrimos que, por caminhos teóricos diferentes, estávamos interessadas na presença dos corpos, entre afeto e política, nos trabalhos interseccionais de história oral participativa. Para dizer do nosso encontro, do vínculo estabelecido entre duas professoras/historiadoras, de sobrenome Almeida, uma mulher negra e uma mulher branca, vale destacar a abertura para o diálogo: para a confluência de duas trajetórias que ultrapassaram as fronteiras das abordagens formais. Em comum, as nossas práticas de escuta, que mobilizam aspectos corporais das histórias vivas; experiências que entrelaçam memória e presença. Nossas formações e, em muitos sentidos, “de-formações” passaram pela psicanálise e terapias integrativas, mas se enraízam sobretudo na construção de ações participativas que articulam ensino, pesquisa e extensão na área de História, em especial no movimento da história oral. Mais do que um encontro profissional, foi o reconhecimento do *corpo-história*² na *corpo-oralidade* que se dança, se escuta e se vive.

1 Optamos pela ideia de *corpo-oralidades*, ressaltando a articulação dialógica entre dois elementos complementares que configuram um encontro integral entre corporeidades e oralidades. Reconhecemos, entretanto, o sentido performativo da grafia fusionada corp(o)ralidades, cuja força poética igualmente inspira e dialoga com nossas reflexões.

2 A noção de corpo-história foi afirmada na introdução da obra coletiva *Corpo-história e resistência libertária* (Almeida; Mata, 2019), entre reflexões sobre tempo e narrativa, para discutir formas de constituição do saber histórico a partir das memórias corporificadas de diversas ações de resistência no tempo presente.

O desejo era abrir espaço para reflexões transdisciplinares sobre os modos como a corporeidade³ e a oralidade se entrelaçam nos processos de pesquisa, escuta e agenciamentos de memória. A proposta abrangeu reflexões sobre os passados presentes nas corporalidades; as implicações do movimento corporificado no momento dos encontros participativos e entrevistas; as dimensões da oralidade atravessadas pela percepção e pela sensibilização corporal (cinestésias e sinestésias); as construções autobiográficas que consideram as dimensões sociais e políticas das corporeidades; os entrecruzamentos sensoriais nos trabalhos narrativos; e as relações entre produção de conhecimento participativo e corporalidade. Buscamos contribuições sobre grupos cujas corporeidades são alvos das tecnologias de morte, expressos pelos dispositivos de controle, pela distribuição desigual da oportunidade de viver, pelas tentativas de “docilização dos corpos”; sem perder de vista a afirmação da capacidade de agenciamento desses grupos. Ao articular esses múltiplos caminhos, tornou-se possível refletir sobre o cruzamento de diferentes matrizes de pensamento e ação interseccional: abordagens antirracistas e epistemologias feministas nos estudos sobre corpo-oralidade.

Tomado aqui como um conceito em construção dialógica, corpo-oralidade designa um movimento que articula corpo, memória e linguagem na perspectiva relacional da intercorporeidade. Refere-se à constituição de intersubjetividades materializadas a partir de vínculos que recusam hierarquias dicotômicas, como corpo/mente, oral/escrito, sentido/presença ou pensamento/ação. Afirma o sujeito como não essencializado e aberto à transformação, reconhecendo temporalidades não lineares que entrelaçam passados, presentes e futuros. Nessa concepção, é fundamental o trabalho de memória situado entre o individual e o coletivo, de maneira processual e partilhada. Ao mobilizar materialidades e performances do corpo, o conceito remete às experiências e narrativas corporificadas nas afetividades políticas interseccionais.

Optamos por utilizar a ideia de *corpo-oralidades* no feminino, em uma escolha que se inscreve em abordagens feministas e contracoloniais que tensionam a linguagem universalizante e reafirmam a agência corporificada de sujeitas e sujeitos históricos. Reconhecemos, ainda, a relevância do termo *corpas*, formulado em diálogos transfeministas e queer, que desloca o binarismo de gênero e valoriza corporalidades dissidentes. Nossa opção considera essa perspectiva, que traduz um gesto político, o reconhecimento do sentido crítico de *corpas* em debates fundamentais do tempo presente.

Afirmamos as *corpo-oralidades* como lugar de enunciação, de memória e de (re)

3 Utilizamos os termos corporeidade e corporalidade em sua dimensão complementar. Enquanto a noção de corporeidade enfatiza a condição existencial e fenomenológica do ser-corpo, enraizada na experiência vivida e na percepção encarnada do mundo, a ideia de corporalidade remete às formas sociais, culturais e políticas de inscrição dos corpos, destacando práticas, representações e regimes de controle. Entendemos que pensar as *corpo-oralidades* implica articular as oralidades a essas duas dimensões de modo simultâneo: a vivência encarnada (corporeidade) e a historicidade social e política dos corpos (corporalidade). Já as referências sobre performance narrativa buscam a relação entre gestos, posturas e movimentos em entrevistas de história oral (Almeida, 2024b; Amato, Hermeto, 2021; Zumthor, 2018).

existência, abrindo-se a práticas narrativas que desafiam os modelos hegemônicos de conhecimento ao propor outras formas de escuta, presença e criação em trabalhos de memória. Na história oral, Portelli (1997) destaca uma ética da escuta respeitosa, entre memórias individuais e coletivas, compreendendo os sentidos políticos das narrativas como forma de expressão das experiências no presente. Neste artigo, entendemos a oralidade como parte integrante das *corpas*, concebidas como memórias vivas. Nessa perspectiva, o conceito de “afrografia”, elaborado por Leda Maria Martins (2021),⁴ amplia essa compreensão ao indicar formas de escrita e inscrição de memória a partir de matrizes africanas, não restritas ao registro verbal, mas também corporificadas em gestos, música e espaço ritual. Essas inscrições performáticas entrecruzam história e ancestralidade, em contraponto a paradigmas eurocêntricos.

hooks (2017, p. 123-124) observa que o ponto de vista da corporeidade negra “não pode ser adquirida por meio dos livros, tampouco pela observação distanciada e pelo estudo de uma determinada realidade” e acrescenta que esse ponto nasce “da paixão da experiência, da paixão da lembrança”. Trata-se de um modo de conhecer que “muitas vezes se expressa por meio do corpo, o que ele conhece, o que foi profundamente inscrito nele pela experiência” (hooks, 2017, p. 124). Tal perspectiva recoloca as *corpas*, especialmente das culturas negras, como locus da produção de conhecimento, e aproxima-se da corpo-oralidade, em que a presença constitui um campo expressivo. Nessa chave, a experiência não se limita à palavra escrita ou falada, mas se corporifica como memória transmitida e ressignificada no ato narrativo.

O estudo sobre corpo-oralidade desafia a linearidade dos discursos históricos ao convocar outras temporalidades, pois as *corpas* carregam marcas resultantes de relações sociais. A análise da localização social, racializada e generificada, traz deslocamentos teórico-metodológicos e o enfrentamento da colonialidade que atravessa a produção de conhecimento. São observados, ao discutir a corpo-oralidade, os automatismos corporais em comportamentos posturais que se mostram estruturados, mesmo sem ser verbalizado. Essas inscrições visíveis em cicatrizes, modos de andar e gestualidades funcionam como registros vivos de passados partilhados. Nesse sentido, tal concepção historiciza as rotas de fuga, os agenciamentos e as (re)existências, muitas vezes expressos de forma sutil. A questão central é compreender como essas corporeidades historicamente violentadas têm produzido movimentos de vida. A discussão mobiliza, assim, as condições históricas e sociais que moldam, reproduzem e transformam essas marcas.

4 O livro *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*, de Leda Maria Martins (2021), reúne proposições teóricas desenvolvidas pela autora ao longo de mais de duas décadas. A obra atualiza reflexões presentes no seu estudo sobre o Reinado de Nossa Senhora do Rosário na comunidade de Jatobá, em Minas Gerais (Martins, 1997). A autora aprofundou a concepção da corporeidade como lugar de saber, a partir das reterritorializações da ancestralidade africana nas ritualidades afro-brasileiras. Problematizou a relação entre tempo, espaço e performances, ao integrar “sincronicamente, na atualidade do ato performado, o presente do pretérito e do futuro” (Martins, 2021, p. 83).

Nesse contexto, as relações intercorpóreas não apenas sustentam o trabalho de memória, mas também indicam como se inscrevem em corporeidades cujas experiências estão imbricadas em sistemas de dominação e resistência. A presença das *corpas* no ato narrativo não se restringe à emissão verbal (Martins, 2021, Morris, 2017, Krog, 2009). Durante o trabalho de história oral, ao discutir o encontro entre participantes de uma pesquisa participativa, gestos, mudanças posturais, expressões faciais e deslocamentos corporais compõem camadas significativas da comunicação, atuando como extensões e modulações da narrativa oral produzida – entre a presença e os sentidos atribuídos (Ramôa, 2024; Gumbrecht, 2010). Esses elementos não devem ser ignorados no registro dos acervos orais ou audiovisuais, públicos e de livre acesso, pois fazem parte da materialidade da memória. A disponibilização das imagens e dos cadernos de campo que documentam essas expressões corporais, sem filtros interpretativos prévios, é fundamental para observação das dinâmicas ocorridas nos encontros entre os/as participantes da pesquisa. Tal material possibilita formular novas perguntas, identificar ressonâncias e estimular a evocação de memórias a partir da corpo-oralidade. Trata-se, assim, de criar condições para que a narrativa corporal seja acessada, respeitando seu ritmo próprio e evitando reduções que limitem sua polissemia.

Mais do que simplesmente registrar e catalogar em arquivos, é metodologicamente relevante incluir, no trabalho de história oral, a possibilidade de entrevistas nas quais as/os narradoras/es, e não uma análise externa, atribua sentido aos movimentos das *corpas*, reconhecendo-as como manifestações situadas que articulam memória e contexto. Conforme sugere Glissant (1990), sobre a *poética da relação*, é fundamental não forçar decifrações impositivas, pois existem singularidades contextualizadas. A chamada *opacidade* é um princípio ético e político que afirma o direito de pessoas e coletividades de não serem totalmente traduzidas, decifradas ou reduzidas por categorias externas (Glissant, 1990). Longe de significar obscuridade, a *opacidade* reconhece que há dimensões da experiência, da identidade e da linguagem que permanecem singulares e não assimiláveis a sistemas universais de compreensão. Esse conceito se coloca como resistência à lógica colonial de tornar o outro *transparente*, defendendo que o encontro entre diferenças se construa preservando o que nelas não pode, e não precisa, ser explicado (Dorella; Almeida, 2024). Ao proteger o direito ao não dito, a *opacidade* sustenta relações mais horizontais, nas quais a singularidade não é eliminada, mas acolhida como parte do vínculo. Recorremos a esta reflexão para afirmar a corpo-oralidade no processo narrativo que constitui o trabalho de história oral, pois buscamos não apenas mobilizar o conteúdo das memórias presentificadas, mas também a forma daquilo que é dito ou silenciado, percebendo os aspectos expressivos do movimento corporal.

Corpas, afeto e política

Nos últimos anos, em termos teóricos, cada vez mais se reconhece a importância do afeto ao lado da razão, do cálculo e da estratégia nas múltiplas dinâmicas da vida. Esse tem sido o fundamento teórico central do que atualmente denominamos virada afetiva. Protagonizada pelas teorizações feministas e queer, nos Estados Unidos, desde a década de 1990, e no Brasil, nos últimos anos, a chamada virada afetiva tem chamado atenção para três questões teóricas intercambiáveis: Primeiro, afeto não se confunde com a ideia abstrata de sentimento, pois evoca a materialidade das *corpas*; Segundo, a rejeição de uma hierarquia reificada entre mente/corpo para a construção do conhecimento; Terceiro, o enfoque tanto em nosso poder de afetar o mundo a nossa volta quanto o de sermos afetados por ele (Almeida, 2022). Nesse sentido, afeto e *corpas* são categorias políticas. Intelectuais que estudam as relações raciais vêm, de longa data, evidenciando como as dinâmicas afetivas e os códigos emocionais são incorporados nos processos de socialização, cujas expressões dessas afecções, por inúmeras vezes, validam a eliminação física ou subjetiva de pessoas negras.

Na década de 1960, o psiquiatra Franz Fanon, em *Pele negra máscaras brancas*, ao analisar os processos de racialização, denuncia um duplo narcisismo que emergiu desse processo: o branco confinado em sua brancura e na crença de sua superioridade; e o negro confinado em sua negrura e na ideia de sua inferioridade (Fanon, 2008). A partir dessa crítica, Fanon detalha os afetos racistas mobilizados nas relações sociais. Daí, a percepção de que seu “corpo desperta um ódio racial difuso (...). Era a raiva; eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo meu vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça, estava exposto a algo irracional” (Fanon, 2008, p. 110).

Achille Mbembe (2014, p. 11), narrando os processos de racialização do mundo na modernidade, afirma que, em “qualquer lugar onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca exuberância irracional que tem abalado o próprio sistema racional”. A palavra negro com N maiúsculo faz referência à racialização dos corpos negros e sua principal consequência: a naturalização de sua desumanização. Mbembe (2014, p. 66) aproxima o racismo em termos de uma afecção, em que suas bases estão na própria construção da ideia de raça como “um lugar de realidade e de verdade – a verdade das aparências. Mas é também um lugar de dilaceração, de efervescência e de fervor”.

Grada Kilomba (2019, p.40) ao discutir “colonialismo, memória, trauma e descolonização”, traz a narrativa sobre Anastácia, “mulher negra escravizada, cuja imagem foi marcada pelo castigo que lhe tapava a boca”. A autora evidencia o histórico de silenciamento corporificado imposto à população negra e a construção da negritude como “outra” frente à branquitude tomada como norma. A imagem da corpa violentada expõe o modo como a presença pode ser controlada, mutilada ou interdita como parte de um processo de dominação.

Deslocando-se para a produção acadêmica brasileira, a historiadora Beatriz Nascimento, igualmente, descreveu a importância de prestarmos atenção nos circuitos afetivos na produção de conhecimento. Em 1974, no artigo “Por uma história do homem

negro”, a historiadora questiona as implicações de uma abordagem historiográfica que narra as experiências negras por meio da objetificação da sua corporeidade. Assim, questiona e sugere uma agenda teórica: “Somos a história viva do preto, não números. Devemos fazer nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando” (Nascimento, 2018, p. 49).

Valendo-se do campo semântico da psicanálise, Nascimento evoca uma concepção de sujeito que não é unitária e essencialista, cuja acepção inclui ambivalências afetivas. Vale destacar que, conforme apontou Neusa Santos Souza, para a psicanálise, a constituição da subjetividade e da corporeidade são processos atávicos e correlatos. Isso porque diz respeito ao campo simbólico relacionado aos investimentos da linguagem e dos afetos (Souza, 2021). Historicamente, as corporeidades negras, indígenas, LGBTQIAPN+ têm criado epistemologias em que a fala, o gesto, o canto e a performance são intercambiáveis.

A esse respeito, destaca-se as análises da pesquisadora Leda Maria Martins (2021), cujas pesquisas, desde a década de 1990, têm apontado como práticas festivas e cotidianas de comunidades colonizadas expressam (re)existências. Nesse percurso, Martins (2021, p. 41) cria o conceito *oralitura* que metodologicamente designa as performances orais e corporais: “(..)seu funcionamento, os processos, procedimentos, meios e sistemas de inscrição dos saberes fundados e fundantes das epistemes corporais destacando neles o trânsito da memória, da história, das cosmovisões que pelas corporeidades se processam.” E, ainda, alude “à grafia desses saberes, como inscrições performáticas e rasura da dicotomia entre oralidade e escrita” (Martins, 2021, p. 41).

Na medida que o conhecimento se atualiza no ato da performance, Martins (2021, p. 83) propõe a noção de *tempo-espiralar*, sugerindo que “todo processo pendular entre a tradição e sua transmissão institui um movimento curvilíneo, reativador e prospectivo que integra sincronicamente, na atualidade do ato performado, o presente do pretérito e do futuro”.

***Corpo-oralidade* na história oral participativa e interseccional**

A história oral, ampliada às corporalidades, aborda as percepções que se estabelecem no trabalho de memória, em que a presença física de pesquisadoras/es e narradoras/es constituem o fluxo narrativo. A história oral mobiliza um encontro de *corpas* e memórias narradas. Sendo que a memória é, também, sinestésica (Martins, 2021; Classen, 1990). Odores, texturas e sabores funcionam como estímulos para vínculos, lembranças e esquecimentos. Na produção de conhecimento participativo, as *corpas* deslocam-se e situam-se nas interseccionalidades: afinal o racismo, o sexismo, o

classismo e o colonialismo são interdependentes e produzem desigualdades articuladas (Collins, 2022). Cabe observar as implicações físicas e políticas desta presença interseccional, em uma ética que possa reconhecer coautorias e saberes plurais.

Ao compreender as possibilidades corporais, para além da intersubjetividade, para construção de acervos orais participativos, observamos que as *corpas* interagem e se afetam mutuamente por meio de espelhamentos e sincronias que estabelecem vínculos ou sinalizam tensões entre as/os participantes da pesquisa. Esse jogo relacional raramente aparece nas transcrições escritas, mas é fundamental para compreender a densidade da experiência compartilhada. A dimensão performática no ato de narrar possibilita intensificar o impacto da memória externada. Posturas e olhares não apenas acompanham a narrativa, mas criam presença, aproximando a entrevista de um “evento performático”, como diria Bauman (1984).

A linguagem corporal perfaz o campo expressivo da memória no processo de história oral. Os repertórios culturais e afetivos podem ser expressados corporalmente (hooks, 2017) e funcionam como dispositivos para circulação de registros sensíveis. Compreender a memória no trabalho de história oral abarca reconhecer a corporeidade como espaço de inscrição histórica e como meio de comunicação, no qual passado e presente se encontram e se transformam de forma relacional. O trabalho de história oral traz o vínculo entre as *corpas* participantes e demandas sociais no tempo presente (Ferreira, 2012).

Ao estimular práticas coletivas, a história oral participativa, no movimento da história pública, busca a convergência entre saberes acadêmicos e comunitários. Ao possibilitar diálogos entre conhecimentos corporais, a participação efetiva consolidado espaços de experimentação metodológica e engajamento social, ampliando as reflexões sobre as formas de produzir e compartilhar memórias encarnadas.

No Brasil, esses debates se articulam com reflexões sobre quem são os públicos da história, quais corporeidades narrativas circulam e de que maneira elas são produzidas e apropriadas em diálogo entre universidade, escolas, museus, coletivos culturais e comunidades (Almeida, 2024b). Nessa perspectiva, a produção do conhecimento histórico não se limita à autoria individual ou à divulgação de resultados: ela se constrói em processos de escuta, negociação e criação conjunta, envolvendo ativamente as *corpas* participantes. Trata-se das experiências entre corporeidades que se percebem, se tocam, se afetam, se comunicam e se constituem mutuamente. O ato do encontro envolve a corpo-oralidade – entre a ação, a reflexão e o contato.

A pesquisa participativa parte do pressuposto de que sujeitas/os e grupos não são “fontes” de informação, mas coautores corporificados. Inspirada em autores como Torres (2008) e Chassot (2018), essa abordagem rejeita hierarquias rígidas entre participantes da pesquisa, valorizando experiências resultantes dos vínculos de confiança e de um compromisso ético-político compartilhado. O engajamento social do trabalho torna-se uma forma de se questionar a produção acadêmica dissociada das questões socialmente vivas.

A história oral participativa, ao catalisar a pluralidade de *corpas* participantes da produção do conhecimento, amplia o acesso às memórias vivas, que atravessam práticas culturais e disputas políticas. A corpo-oralidade catalisa uma história dialógica e experiencial, atenta à gestualidade, à presença e às intensidades que se manifestam nas narrativas. A história oral, constituída a partir de princípios relacionais, tem como característica fundamental o seu aspecto público: fortalecendo ações participativas e permitindo novas interpretações sobre o tempo presente a partir das *corpo-oralidades* (Almeida, 2024a, 2019).

Tais estudos podem instigar novas práticas de história oral, pois o entrecruzamento corpo-oralidade incorpora pausas, ritmos, hesitações. Nesse sentido, a performance narrativa comunica e constrói sentidos não apenas pela palavra, mas pela corporeidade em interação. Essa perspectiva abre caminho para metodologias que incluam práticas cinestésicas, artes do corpo e dinâmicas de presença como recursos para trabalhos de memória. A corpo-oralidade, nesse horizonte, é mais do que suporte da fala: é arquivo vivo, repositório sensível e agente ativo de produção de sentido e presença sobre os passados presentes.

Inspiradas pelas reflexões éticas em história oral (Portelli, 1997, Pozzi, 2014, Rovai, 2022), compreendemos que a construção de uma história oral corporificada e participativa demanda encontros de partilha. A performance narrativa é entendida como um acontecimento dinâmico, no qual corporeidade, espaço e memória se entrelaçam em vínculos, em encontros compreendidos como acontecimentos. É nesse horizonte que se inscreve o conceito de corpo-oralidade, compreendido não como encenação ou representação, mas como presença.

Do dossiê às considerações finais

Este texto cumpre uma dupla função: apresenta o dossiê “Corpo-oralidade” e, ao mesmo tempo, propõe uma reflexão teórico-metodológica sobre os cruzamentos entre corporeidade e narrativas orais nos trabalhos de memória, especialmente naqueles que tangenciam dimensões públicas e participativas na construção e divulgação de saberes interseccionais. O dossiê é composto por artigos e conversações que investigam, sob diferentes perspectivas, as dimensões da expressão corpo-oralidade. O conjunto reúne trabalhos heterogêneos que, ancorados em abordagens transdisciplinares, exploram práticas performativas, saberes situados e narrativas corporificadas. Com ênfase nas relações entre gestualidade, prosódia, performance, ancestralidade e religiosidade, os textos evidenciam experiências marcadas pela afirmação da vida.

No artigo “Gestos e prosódias sertanejas: uma jornada feminina e vespertina em Batalha (AL)”, Lígia Borges parte de uma experiência pedagógica no âmbito do

Programa Mulheres Mil, para refletir sobre a constituição de sentidos e expressividades no contexto de uma formação em “Oratória: expressão corporal e vocal” realizada com mulheres produtoras de derivados do leite, no sertão alagoano. Os estigmas atribuídos ao território são tensionados por meio das corporeidades e oralidades que emergem durante o curso, promovendo deslocamentos críticos diante de discursos empreendedores normativos. A autora também destaca o papel do entardecer, tanto como experiência sensível da temporalidade do curso quanto como metáfora de um processo de desconstrução de narrativas lineares, discutindo os cruzamentos entre território, tempo e performance.

Em “O corpo em movimento: reflexões sobre identidade, oralidade e memória em terreiros de Umbanda”, Natália Alves Passafaro investiga os modos pelos quais a memória dos saberes afro-diaspóricos se materializam na corporeidade, na linguagem e na oralidade vivenciada nos terreiros de Umbanda de São Paulo. A autora argumenta que os gestos, danças e toques constituem dispositivos de comunicação e continuidade, permitindo que memórias ancestrais se mantenham vivas e vibrantes, mesmo diante das violências e silenciamentos históricos. A oralidade é alargada para incluir expressões sensíveis que entrelaçam som, movimento e história. A corporeidade, nesse espaço sagrado, é território de experiências e guardião de trajetórias identitárias.

O texto “Èṣù e Sankofa: composições corp(O)rais e tempo circular”, de Hebert Silva dos Santos e Alexandra Cleopatre Tsallis, propõe uma articulação entre epistemologias afro-diaspóricas, temporalidades circulares e práticas corporais, tendo como referência simbólica Èṣù e Sankofa. Por meio da metodologia afETAR e da dança afro, o texto investiga a corporeidade como arquivo de saberes, resistência e (re) existência. A partir da escrevivência de Conceição Evaristo, reafirmam uma ideia de *corp(O)ralidade* como expressão de uma oralidade encarnada que desafia o tempo linear ocidental e inscreve a ancestralidade como eixo epistemológico. A dança se revela, assim, como gesto político e uma forma de existência em movimento.

No artigo “A ‘cariocandanga’ Lydia Garcia: uma ‘militante histórica do movimento negro’ no Distrito Federal”, Ana Flávia Magalhães Pinto mobiliza a história oral e o inventário participativo para reinscrever as narrativas de mulheres negras e marginalizadas nos campos da memória pública. A trajetória corporificada de Lydia Garcia – ativista, professora e referência nos movimentos negros do DF – é apresentada em contraponto aos apagamentos promovidos pelas estruturas hegemônicas. Com base em teorias feministas decoloniais, a autora afirma a relação entre memória e corporeidade por meio de narrativas que evidenciam o valor simbólico e político da trajetória de Lydia Garcia.

Em “A ancestralidade me segurava no colo: memória, oralidade e ancestralidade em Nêgo Bispo”, Paulo Petronilio Correia propõe uma reflexão crítica sobre o uso superficial do termo “ancestralidade”, convocando uma escuta comprometida das corpo-oralidades quilombolas, especialmente a partir do pensamento de Nêgo Bispo. O

autor articula esse debate com o legado de Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento e Mariléa de Almeida, buscando afirmar uma perspectiva contracolonial enraizada na experiência quilombola. A ancestralidade, nesse sentido, é concebida como fundamento epistêmico, ético e estético de resistência e enraizamento.

O dossiê também inclui duas Conversações em história oral, que ampliam a reflexão coletiva sobre corporeidade e práticas de história oral. Na primeira, “Archivar con el cuerpo: oralidades corporizadas en la historia pública en tiempos de guerra y paz”, refletimos, com a historiadora colombiana Sandra Sánchez-López, sobre as implicações do conceito de corpo-arquivo na construção de acervos de história pública em contextos de violência e justiça transicional. A conversa enfatiza o papel da oralidade e das práticas corporais na produção de conhecimento sobre os direitos humanos e a reparação de memórias silenciadas. Na segunda, “Dança, corporalidade e práticas político-culturais na História”, dialogamos com Elizabeth Schwall, com a participação do historiador Igor Lemos, sobre a dança como linguagem histórica e formas de intervenção político-cultural por meio de movimentos corporais. A conversa articula experiências de pesquisas em Cuba e no Brasil, evidenciando a dança como forma de comunicação coletiva e ação política, bem como aspectos sensoriais das práticas de resistência, considerando as performances corporais em movimentos sociais.

Ao reunir estes textos, o dossiê afirma um compromisso com epistemologias sensíveis e insurgentes, nas quais a corpo-oralidade deixa de ser entendida como mero suporte e passa a ser reconhecida como instância ativa de enunciação e elaboração de saberes. Os textos aqui reunidos valorizam a escuta ampliada, os vínculos comunitários e as narrativas que se escrevem com as corporeidades em suas memórias, gestos, presenças e ausências.

Levando-se em consideração as condições de produção acadêmica do nosso tempo, atravessadas pelos sentidos da demanda e da urgência, esperamos que as discussões sobre corpo-oralidade, materializadas neste dossiê, provoquem sensibilidades e, sobretudo, reafirmem a necessidade política e existencial dos bons encontros. Afinal, não há distância afetiva quando nossos corpos estão implicados na pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. História pública e pesquisa participativa no tempo presente: corpo e oralidade em um laboratório engajado. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 16, n. 43, p. e0111, 2024a.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Counter-Colonial Aspects in and Through Public History in Brazil: Participatory Research, Oral History and Corporeality - Embodied Ways of Storytelling. *International Public History*, v. 7, n. 1, p. 27-34, 2024b.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MATA, João da (Org.). *Corpo-história e resistência libertária*.

São Paulo: Letra e Voz, 2019.

ALMEIDA, Mariléa. *Devir quilomba: território afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante, 2022.

AMATO, Gabriel; HERMETO, Miriam. Entre a História, as estórias e os gestos: performance narrativa em entrevistas de história oral. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *História oral como experiência: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa*. Teresina: Cancioneiro, 2021. p. 165-194.

BAUMAN, Richard. *Story, performance, and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: University Press, 1986.

CHASSOT, Caroline; SILVA, Rosane. A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação. *Psicologia Social, Recife*, v. 30, p. 73-87, 2018.

CLASSEN, Constance. "Sweet colors, fragrant songs: sensory models of the Andes and the Amazon". *American Ethnologist*, v. 17, n. 4, p. 722-735, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

DORELLA, Priscila; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Do poeta caribenho Édouard Glissant às suas relações com a História. *Histórias Públicas*, v. 2, n. 4, p. 237-255. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA et al. (Org.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

GLISSANT, Édouard. *Poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1990.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RIO, 2010.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KROG, Antjie. *Begging to be black*. Cape Town: Random House Struik, 2009.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Sob nossa pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul mineiro*. Teresina: Cancioneiro, 2022.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MARTINS, Leda. Maria. *Performance do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achile. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. "Por uma história do homem negro." In: Beatriz do Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018. p. 42-49.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

POZZI, Pablo. La ética, la historia oral y sus consecuencias. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 9-29, jul./dez. 2014.

RAMÔA, Hosana do Nascimento. Encontros com a corp(o)ralidade: narrativa, presença & performance docente nas aulas de História da educação básica. Tese (Doutorado em Educação) – UFF, Niterói, RJ, 2024.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TORRES, Maria José Azevedo. Pesquisa participativa: uma introdução aos seus princípios e práticas. São Paulo: Cortez, 2008.

VALENCIA, Sayak. *Capitalismo Gore*. Barcelona: Melusina, 2010.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.